



Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006

p. 73-76

UMA REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO NA VISÃO DE ENGUITA

Emanoela Regina Tomas¹

Lenir Bavaresco²

Zenira Maria Malacarne Signori³

Orientador: Gilmar H. da Conceição⁴

Este artigo é uma reflexão introdutória de um capítulo do livro escrito por Enguita – **A Face Oculta da Escola**. Como sabemos, o autor aborda o processo de construção histórica na organização social do trabalho, discorrendo sobre o longo caminho percorrido, desde o início, em forma de assistência, artesanal e sem normas, altamente conflitivo, pelo qual homens e mulheres, foram privados do controle sobre suas condições de vida e conduzidos ao trabalho assalariado, ficando, portanto, os trabalhadores submetidos aos ritmos, normas e rendimentos estabelecidos pelo modelo capitalista, produzindo assim uma distribuição desigual de riqueza. Contraditoriamente, em termos ideológicos, produz uma imagem de existência, na qual, há oportunidades iguais para todos. O autor explica ainda como se deu a organização em termos de produção, jornada, ritmo, férias e salários, com os quais convivemos até hoje. Como já destacamos, o recorte teórico deste artigo está delimitado pelo capítulo 1 da obra citada anteriormente.

I - O TRABALHO ATUAL COMO FORMA HISTÓRICA

Atualmente, o trabalho é visto como uma obrigação, pois vivemos em uma cultura que parece ter dado por perdido o campo de produção, para buscar somente o consumo. Aceitamos tarefas monótonas, que exigem nossa dedicação permanente, pensando somente não na função, mas aquilo que nos darão em troca, os horários livres, as férias e as possibilidades de produção. Esta organização é recente e começou a ser implantada precisamente ao final do século XVII e início do século XIX.

O capitalismo e a industrialização trouxeram um enorme aumento da riqueza e com ela, as necessidades pessoais, estimuladas pela sociedade estabeleceram uma produção desigual de classes. Nesta sociedade existe uma visão errônea de que há oportunidades para todos. Assim as pessoas passam a se sentir responsáveis pelo lugar que ocupam na produção, se sentem responsáveis pelos seus êxitos e fracassos no mercado de trabalho.

Na economia de subsistência, o trabalhador decidia o que produzir, como produzir, quando e a que ritmo, era dono do seu tempo. Não existia separação entre o espaço familiar e o de trabalho, optavam pela duração e a intensidade do trabalho, de acordo com as necessidades de produção. Os artesãos e os camponeses decidiam como produzir.

Já na sociedade industrializada as pessoas não decidiam qual seria o produto nem o tempo dedicado ao trabalho. Nenhuma interferência externa deveria coibir o bom andamento. E o espaço de trabalho passou a ser separado do lugar de residência, não controlavam nem determinavam o processo a que eram submetidos. Neste sentido de trabalho, os métodos, o tempo e os critérios eram determinados pelos patrões.

Como sabemos o trabalho é necessário para a produção da vida humana. Hegel compreende que o trabalho é uma forma de liberdade, em primeiro lugar, porque o homem pode ir além de suas necessidades naturais. Em segundo lugar Hegel indica que o processo de trabalho dá ao homem a capacidade de dar forma ao mundo exterior de acordo com sua vontade. Desse modo através, desta compreensão, Hegel sugeriu que não pode haver liberdade sem trabalho, e que o ele é uma forma de liberdade. Concebermos o trabalho sob a forma que pertence exclusivamente ao homem, pois somente ele tem a capacidade de projetar em sua cabeça algo, antes de construí-la.

A economia de subsistência existiu apenas nos primeiros estádios da humanidade, que seriam nas comunidades primitivas, pois a partir daí todas as formações sociais, conheceram alguma forma de redistribuição do excedente.

O primeiro passo ao processo de trabalho foi, a produção para a troca. Os artesãos e os camponeses nessa época já não produziam para uso e consumo, mas para a troca, passam a produzir mais para ganhar mais. Se a produção fosse maior que a demanda e não tinha saída, o pequeno produtor passa a ser explorado pelo comerciante através do intercâmbio desigual e da estrutura dos preços. O monopólio da oferta é exercido pelos artesãos, nunca pelos camponeses. Os camponeses passam a ser um setor dominado pelos comerciantes, e em determinado momento, também pela indústria doméstica rural, com o sistema de trabalho a domicílio para o comerciante que trás as matérias primas e leva o produto a mercados inacessíveis ao produtor.

Depois passou a ocorrer à exploração capitalista: “a mais valia absoluta”, onde o trabalhador passou a trabalhar fora do ambiente doméstico, e o capitalista é dono dos meios de produção e passou a pagar um salário em troca da sua força de trabalho, e apropriou-se do produto final. O trabalhador encontra-se em uma posição de alienação, mas ainda conserva o controle sobre o processo de trabalho. A degradação do trabalho se dá através da divisão manufatureira do trabalho. A “mais valia absoluta” cede caminho para a “mais valia relativa”. O trabalhador, que já havia

perdido a capacidade de determinar o produto, perde agora o controle de seu processo de trabalho, e entrou em uma relação alienada com seu próprio trabalho como atividade. Com esta divisão, a mão de obra barateou, pois sempre havia contingente mais que suficiente para aprender o trabalho, tornando o trabalhador facilmente substituível. De acordo com o que Marx denominou “Exército de Reserva”.

II - A DIVERSIDADE ATUAL NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nem todos os trabalhadores da sociedade capitalista são iguais, compreende-se melhor isto analisando-se alguns estereótipos. Em um destes estereótipos os profissionais liberais são profissionais autônomos, tem um certo grau de controle sobre o produto de seu trabalho. Fazem parte desse grupo, por exemplo, os professores, os médicos da saúde pública, os grupos profissionais da administração, os executivos das organizações públicas. Tais trabalhadores apesar de serem assalariados possuem um maior grau de liberdade, pois suas tarefas não estão integradas numa seqüência coletiva. Os trabalhadores desse processo só se consolidam no capitalismo.

Na sociedade pré-capitalista não estavam ausentes formas de trabalho em que não havia controle por parte dos trabalhadores. Vejamos a seguir como cada uma dessas mudanças na evolução do trabalho representam um passo adicional em vários processos. Em primeiro lugar a dissociação entre o processo de trabalho e seu objetivo, a satisfação das necessidades próprias e alheias. Em segundo lugar a perda por parte do trabalhador do controle sobre o seu processo de trabalho (o homem de todos os ofícios, mais que não domina nenhum). Em terceiro lugar, o processo orientado pelo caráter qualitativo das tarefas encaminhadas à economia de tempo. Em quarto lugar, na passagem de um tempo da atividade vinculada ao estado de ânimo ou a disposição do trabalhador ao tempo regular das máquinas. Em quinto lugar, no processo de trabalho variado, composto de múltiplas tarefas distintas e cuja alternância é fonte variada. Na sociedade capitalista que consiste a alienação do trabalho primeiramente no fato de que ele é externo ao trabalhador, isto é não pertence ao seu ser. A expansão do capitalismo e a industrialização empurraram e arrastaram milhões de pessoas, foi necessário levar à ruína ofícios tradicionais, para que se quebrassem seus monopólios privilegiados, esse processo só pode completar-se à medida que cerravam as fronteiras econômicas. Para que essa expansão se firmasse foram necessárias algumas imposições sobre o trabalhador, tais como; primeiro privar-lhes de quaisquer outras possibilidades de subsistência. Segundo lugar a organização que hoje conhecemos é o resultado de uma longa cadeia de conflitos

globais. Em terceiro lugar, foi necessária uma profunda revolução cultural, o profundo respeito sobre o trabalho bem feito cedeu lugar ao fetichismo da maquinaria. Quarto lugar foi necessário uma sistematização política repressiva dirigida contra os que se negavam a aceitar as novas relações sociais. Em quinto lugar foi preciso assegurar os mecanismos institucionais para que cada novo indivíduo pudesse inserir-se nos novos processos produtivos.

Como dissemos inicialmente, esse artigo buscou compreender o trabalho atual como forma histórica e observamos, assim, que a organização atual do trabalho e a cedência e sequenciação atuais do tempo de trabalho não existiu no século XVI e que apenas foram implantadas no final do século XVIII e início do século XIX. Nesse sentido observamos que o capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um grande aumento da riqueza, de modo que o que se coloca para nós não é a questão da “produção” e sim a da “distribuição”. No estudo do livro de Enguita chamou a nossa atenção, o processo de degradação do trabalho e a passagem da independência para a dependência dos trabalhadores. No capitalismo, porém a questão não é moral, mas histórica e econômica, de maneira que a expansão do capitalismo é resultado de um processo longo, inacabado e irregular das lutas de classes.

REFERÊNCIAS:

- ENGUITA, Mariano Fernádes. **A face oculta da escola**, o trabalho atual como forma histórica. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 1989.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **Partidos Políticos e Educação**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

NOTAS

- 1 Aluna do 2º ano de pedagogia – Noturno.
- 2 Aluna do 2º ano de pedagogia.
- 3 Aluna do 2º ano de pedagogia.
- 4 Doutor em Filosofia, História da Educação e Líder do grupo de pesquisa em história e historiografia na Educação da UNIOESTE.